

# estudos e pesquisas

Ano I – Nº 1 - Junho de 2004

Departamento Intersindical de  
Estatística e Estudos Sócio-Econômicos



# DEZ ANOS DO REAL

**Em 1º de julho de 2004, o Plano Real completa dez anos. O DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos – analisa o comportamento dos principais indicadores sócio-econômicos do país, relativos aos preços, desempenho econômico, emprego, renda e negociações coletivas durante este período. Nestes dez anos, a economia brasileira tem passado por mudanças significativas que permitem estabelecer períodos distintos em sua evolução, que serão abordados neste estudo.**

Em 1994 e 1995 foram observados resultados bastante positivos em vários campos: ocorre uma drástica redução da inflação, interrompendo o processo de superinflação crônica que o país enfrentou durante muitos anos e que desestabilizava intensamente a economia; o nível de atividade acelera-se, ampliando o emprego e reduzindo as taxas de desemprego; a renda apresenta um crescimento que há muito não se via no cenário econômico, a distribuição de renda desconcentra-se e a pobreza diminui, principalmente após a elevação do salário mínimo, em maio de 1995, através de um aumento real superior a 22%.

No entanto, essa fase de prosperidade é interrompida em função do impacto de sucessivas crises ocorridas no cenário mundial, que repercutem no Brasil na forma de fuga de capitais. É o caso da crise mexicana, em 1995, da crise asiática em 1997, que atinge a Tailândia, Coréia, Indonésia e Hong Kong, e da crise russa, de agosto de 1998. Para evitar a fuga de capitais, o governo brasileiro promove, a cada crise, uma elevação drástica da taxa de juros, numa tentativa de assegurar os investimentos estrangeiros no país, manter a política de sobrevalorização do real e conter a saída de reservas internacionais. Essas medidas têm repercussões negativas sobre a atividade econômica e ocasionaram sucessivos aumentos no patamar de desemprego no país.

A insuficiência dessa política para manter as reservas faz com que o governo articulasse um acordo com o FMI e países desenvolvidos, visando impedir o ataque à moeda nacional. No entanto, esse acordo, que submete o Brasil ao controle do FMI, não impediu o colapso da política cambial, que culminou, em janeiro de 1999, numa maxidesvalorização da moeda, pondo fim à chamada “âncora cambial” do Plano Real, ou seja, à manutenção de uma taxa de câmbio sobrevalorizada, como indutora da estabilização interna dos preços. Inicia-se, dessa forma, a construção de uma nova “âncora” da estabilização, através da política monetária orientada por metas inflacionárias, taxa de câmbio flutuante e por compromissos com um forte ajuste fiscal.

Em 2001, a crise da economia argentina e, posteriormente, em 2002, as incertezas associadas à condução da política econômica do governo que seria eleito, levam a novas desvalorizações acentuadas do câmbio. A absorção dessas desvalorizações repercute em pressões inflacionárias que, por sua vez, vão corroer o poder aquisitivo dos salários.

No final de 2002, a inflação volta a se acelerar e aumentam as incertezas quanto aos rumos da política econômica a serem seguidos pelo novo governo que emergiria das eleições presidenciais. A taxa de inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC, calculado pelo IBGE) atinge, em maio de 2003, 20,4% em doze meses. O governo volta a elevar as taxas de juros e a aumentar o arrocho fiscal. O resultado foi uma reversão

da taxa de inflação, mas com conseqüências perversas sobre o nível de atividade econômica, refletidas na queda do PIB em 0,2% no ano. Esse quadro recessivo somente agora, nos primeiros meses de 2004, vem sendo revertido, com os primeiros sinais de recuperação, que sinalizam, entretanto, para um tímido crescimento do PIB em torno de 3,5%, neste ano.

No período como um todo, o setor público passa por um endividamento crescente, em grande parte explicado pelas taxas de juros elevadas então praticadas. Com relação ao setor externo, a política de manutenção do câmbio sobrevalorizado tem reflexos negativos na Balança Comercial, que só vem a se recuperar após as desvalorizações cambiais iniciadas em 1999.

O desemprego cresce de modo acentuado nos principais centros urbanos. Esse crescimento ocorre, sobretudo, porque a geração de postos de trabalho foi insuficiente para absorver o volume de pessoas que passam a integrar a força de trabalho. Esse processo é acompanhado de queda da renda, sobretudo daqueles trabalhadores com salários mais elevados.

Do ponto de vista das negociações, evidenciam-se as dificuldades enfrentadas pelo movimento sindical para negociar a manutenção do poder aquisitivo dos salários.

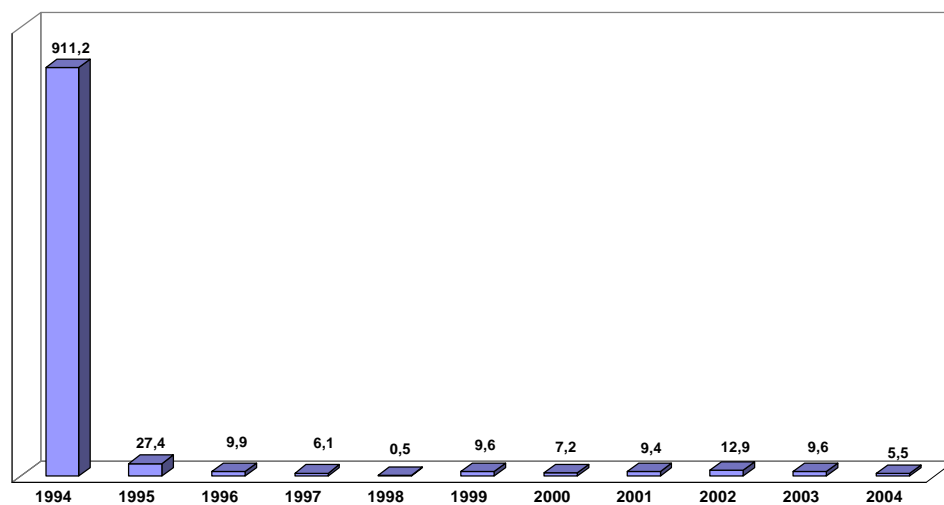
## **PREÇOS**

### **Custo de Vida**

Após uma queda acentuada em 1995, a inflação apresenta uma evolução cíclica ao longo dos dez anos de vigência do real. A trajetória de queda dos anos iniciais do período é interrompida em 1999, quando a desvalorização cambial faz com que as taxas se elevem gradualmente até 2002, voltando a apresentar uma trajetória descendente a partir deste ano. Em 2004, a manutenção da inflação nos patamares verificados nos primeiros cinco meses do ano aponta, quando anualizada, para uma taxa próxima à 5,5% no ano (Gráfico 1). Podem ser observados valores médios mensais menores do que 1,0% em oito anos do período considerado (Gráfico 2).

**Gráfico 1**  
**Índice de Custo de Vida – ICV/DIEESE (acumulado no ano)**  
**Município de São Paulo 1994-2004**

(em %)



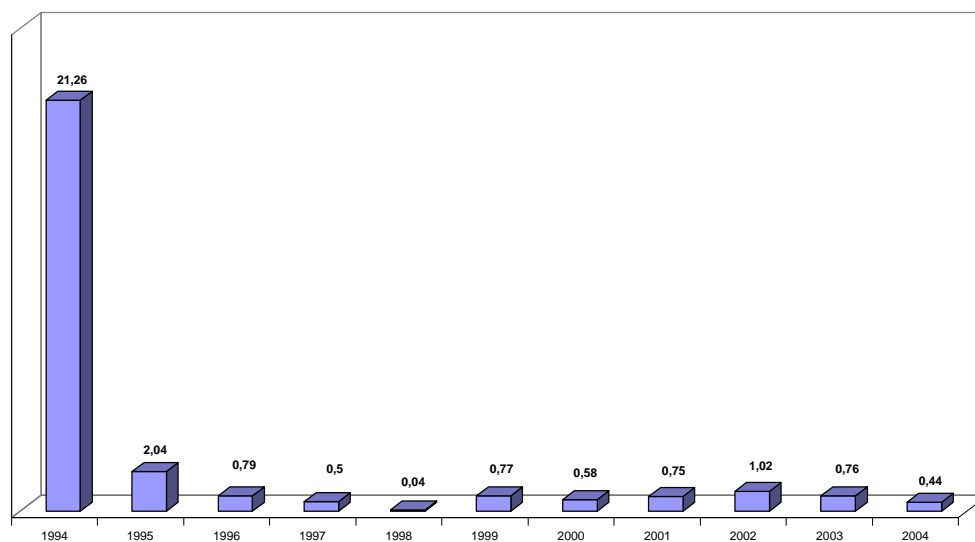
Fonte: DIEESE

Elaboração: DIEESE

Obs: Em 2004, média geométrica janeiro-maio estendida para os outros meses

**Gráfico 2**  
**Índice de Custo de Vida – ICV/DIEESE (média mensal)**  
**Município de São Paulo 1994-2004**

(em %)



Fonte: DIEESE

Elaboração: DIEESE

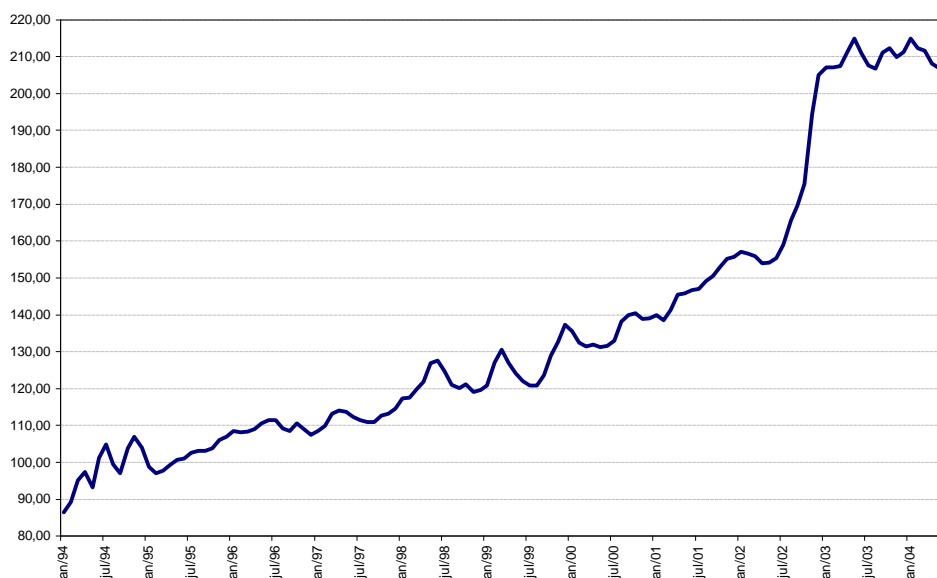
Obs: Em 2004, média geométrica janeiro-maio estendida para os outros meses

## Cesta Básica

O custo da cesta básica DIEESE/Procon – pesquisada no município de São Paulo e composta por produtos de alimentação, higiene pessoal e limpeza doméstica – aumenta de R\$ 104,85, em julho de 1994, para R\$ 206,97, em maio de 2004, o que representa uma variação de 97,4%. A variação acentuada do custo da cesta observada em 2002 e 2003 está associada à desvalorização cambial. Nesse período, o item alimentação contribuiu com parcela significativa da inflação (Gráfico 3).

**Gráfico 3**  
**Custo da Cesta Básica – DIEESE /Procon**  
**Município de São Paulo 1994-2004**

(em URV/R\$)



Fonte: DIEESE

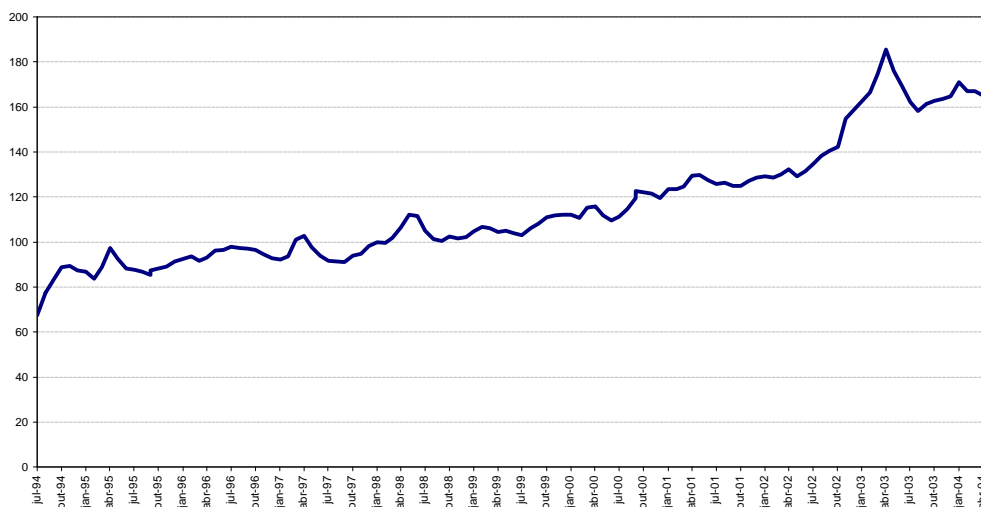
Elaboração: DIEESE

Obs.: (1) Valores expressos em URV até junho/94  
(2) Em 2004, até maio

Entre julho de 1994 e maio de 2004, os dados da Pesquisa Nacional da Cesta Básica, que apura o preço dos alimentos, indicam um aumento de seu custo nas dezesseis capitais acompanhadas pelo DIEESE. Também, aqui, pode-se observar o movimento de elevação acentuada dos preços, captado pela pesquisa DIEESE/Procon nos anos 2002 e 2003 (Gráfico 4).

**Gráfico 4**  
**Custo da Cesta Básica Nacional - DIEESE**  
**Município de São Paulo 1994-2004**

(em URV/R\$)

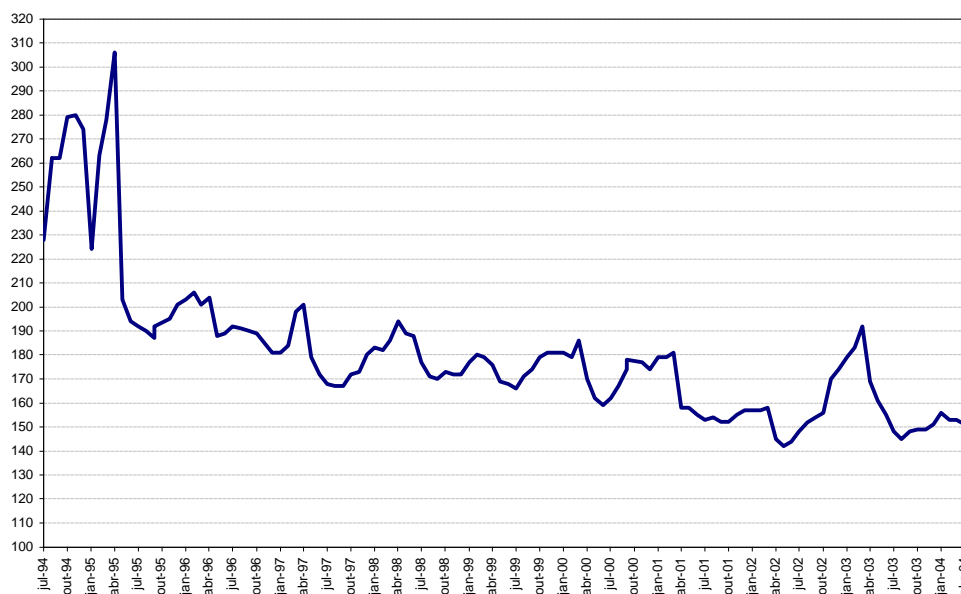


Fonte: DIEESE  
 Elaboração: DIEESE  
 Obs.: Em 2004, até maio

A quantidade de horas de trabalho necessárias para o trabalhador que recebe salário mínimo adquirir a cesta básica de alimentos, nas capitais, apresenta, no decorrer do período, uma trajetória declinante. Em maio de 2004, essa quantidade equivale a 62,3% do valor observado em julho de 1994 (Gráfico 5).

**Gráfico 5**  
**Tempo de trabalho necessário para a compra da cesta básica**  
**Município de São Paulo 1994-2004**

(em horas)



Fonte: DIEESE  
 Elaboração: DIEESE

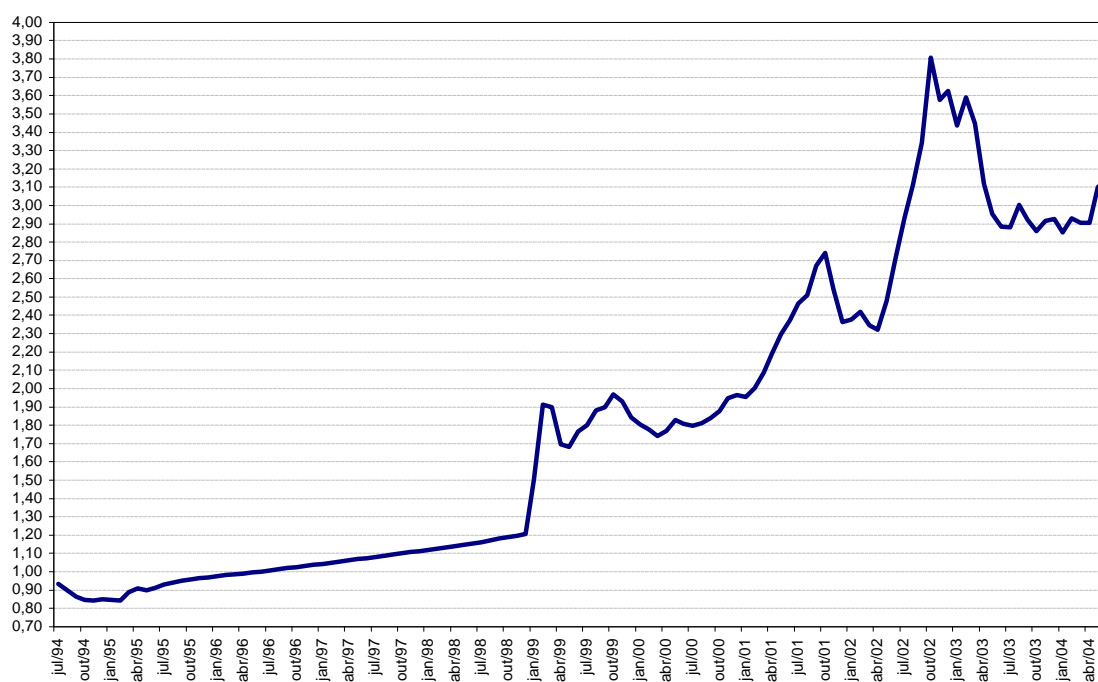
*Obs.: Em 2004 até maio*

## Câmbio

A taxa de câmbio apresenta moderada desvalorização desde o início do Plano Real até janeiro de 1999, o que, juntamente com o desaquecimento da economia, contribuiu para a contenção do aumento de preços naquele período. Nos anos seguintes, observa-se três movimentos de desvalorização acentuada do câmbio: o primeiro, entre dezembro de 1998 e fevereiro de 1999, está associado a iniciativa do governo brasileiro de romper com a política de controle do câmbio e adotar uma política de câmbio livre; o segundo, observado em 2001, é reflexo do temor de que a crise Argentina se refletisse com grande intensidade na economia brasileira; e o terceiro, observado no decorrer de 2002, reflete as incertezas associadas ao processo eleitoral brasileiro, particularmente aquelas relacionadas à condução da política econômica do governo que seria eleito (Gráfico 6).

**Gráfico 6**  
**Taxa de câmbio para venda – média mensal**  
**Brasil 1994-2004**

(em URV/R\$)



Fonte: Banco Central, Boletins e Cotações

Elaboração: DIEESE

Obs.: Em 2004, até maio

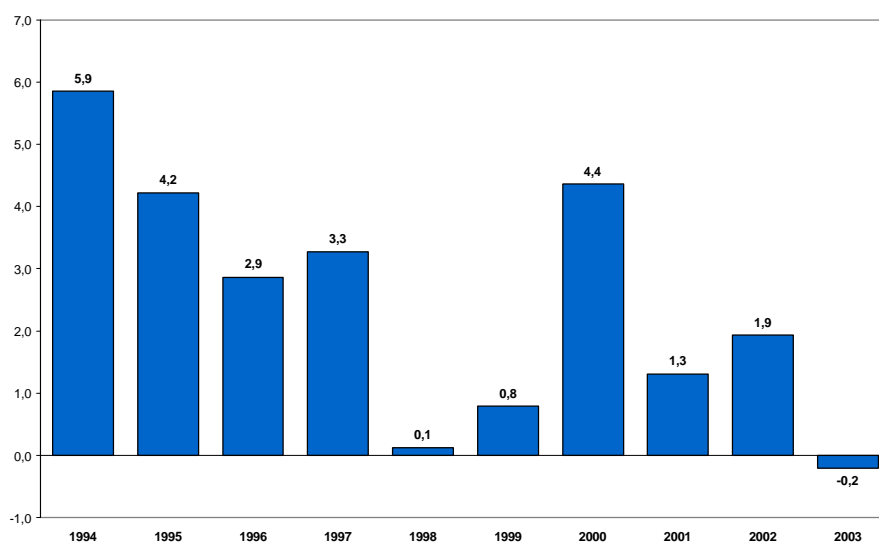
## DESEMPENHO ECONÔMICO

### Comportamento do PIB

O desempenho da economia brasileira apresenta dois movimentos distintos no decorrer do período. O primeiro, que vai de 1994 a 1997, apresenta taxas de crescimento moderadas, embora decrescentes. O segundo, a partir de 1998, é caracterizado por taxas de crescimento menores e significativamente desiguais (Gráfico 7).

**Gráfico 7**  
**Crescimento real anual do Produto Interno Bruto**  
**Brasil 1994-2004**

(em %)



Fonte: IBGE

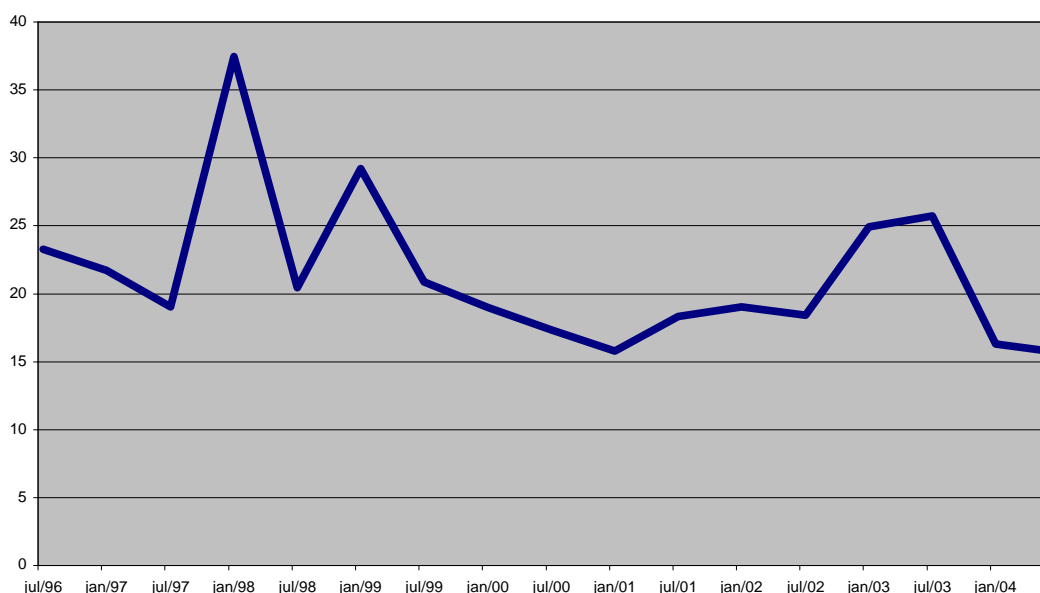
Elaboração: DIEESE

## Taxa de Juros

Os dez anos de vigência do real caracterizam-se por taxas de juros que têm uma variação significativa, sempre em níveis elevados. A comparação da evolução do PIB com a evolução da taxa de juros explicita os efeitos negativos dos juros elevados sobre a atividade econômica. O exame conjunto dos gráficos 7 e 8 mostra que as taxas de juros mais elevadas foram simultâneas àqueles períodos de pior desempenho da atividade econômica.

**Gráfico 8**  
**Taxa média anual de juros <sup>(1)</sup>**  
**Brasil julho/96-junho/04**

(em %)



Fonte: Banco Central

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Taxa média diária de juros, anualizada com base em 252 dias úteis, em 1º de janeiro e 1º de julho no período analisado.

Obs.: (a) Taxa Selic

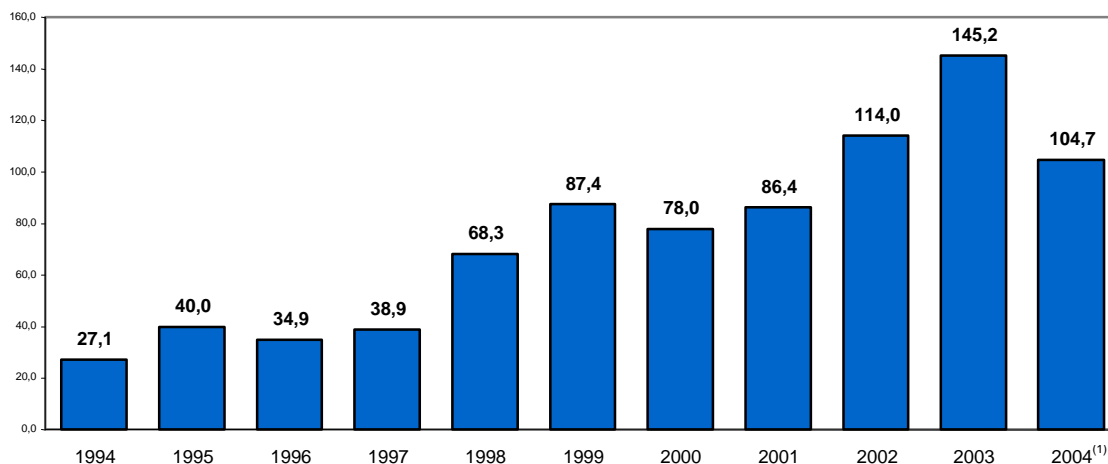
(b) Em 2004, considerou-se a última taxa disponível, fixada pelo Copom em 16 de junho.

## Dívida Interna

As altas taxas de juros reais têm impacto significativo sobre a Dívida Interna, ampliando sua participação no orçamento global do setor público. Só em 2003, o setor público pagou cerca de 145,2 bilhões de reais a título de juros sobre sua dívida (Gráfico 9).

**Gráfico 9**  
**Estimativa de despesas com juros da dívida pública**  
**Brasil 1994 – 2004**

(em R\$ bilhões)



Fonte: Banco Central

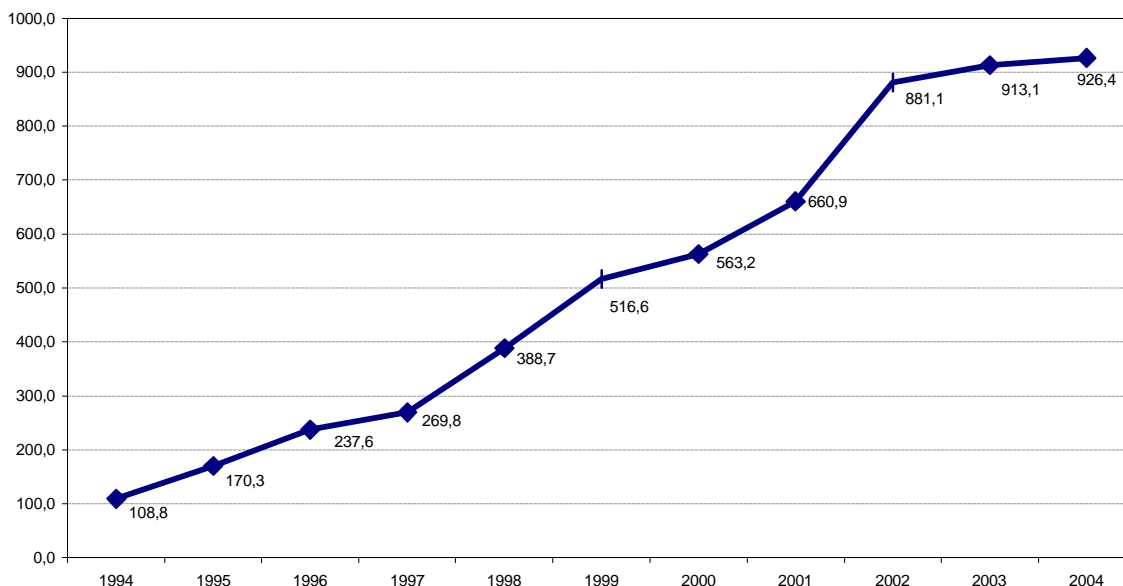
Elaboração: DIEESE

Nota: (1): Em abril de 2004

O crescente volume de juros reais pagos provoca o aumento da Dívida Líquida do setor público, de R\$ 109 bilhões, em 1994, para cerca de R\$ 926,4 bilhões, em 2004 (Gráfico 10).

**Gráfico 10**  
**Dívida líquida do setor público**  
**Brasil 1994 - 2004**

(em R\$ bilhões)



Fonte: IBGE

Elaboração: DIEESE

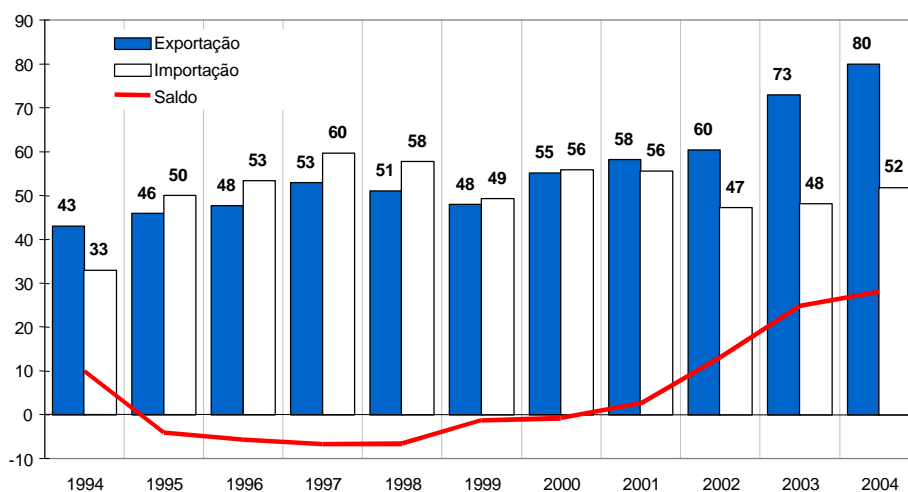
Obs: Em 2004, dados relativos ao mês de abril

## Balança Comercial

A abertura comercial associada ao câmbio valorizado resulta em saldos negativos na balança comercial entre 1995 e 2000. Com a desvalorização cambial de 1999, o saldo comercial torna-se positivo e se amplia a partir de 2000, movimento associado ao aumento das exportações e à queda das importações. Nos últimos doze meses, terminados em maio de 2004, esse saldo atinge 28 bilhões de dólares (Gráfico 11).

### Gráfico 11 Balança Comercial Brasil 1994 - 2004

(em US\$ bilhões)



Fonte: MDIC, Sistema Alice

Elaboração: DIEESE

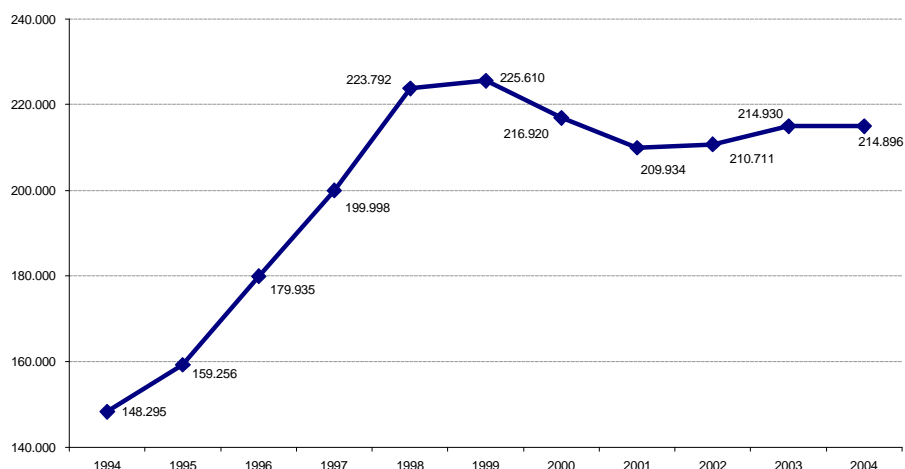
Obs: Em 2004, saldo dos últimos doze meses

## Dívida Externa

A política de abertura comercial foi sustentada pela captação de recursos externos, que levou ao aumento da dívida externa entre 1994 e 1999. Neste período, a dívida aumentou cerca de 77 bilhões de dólares. Desde então, o montante da dívida experimenta um pequeno recuo, atingindo, em abril de 2004, o montante de 215 bilhões de dólares (Gráfico 12).

### Gráfico 12 Dívida Externa Total Brasil 1994 - 2004

(em US\$ milhões)



Fonte: Banco Central

Elaboração: DIEESE

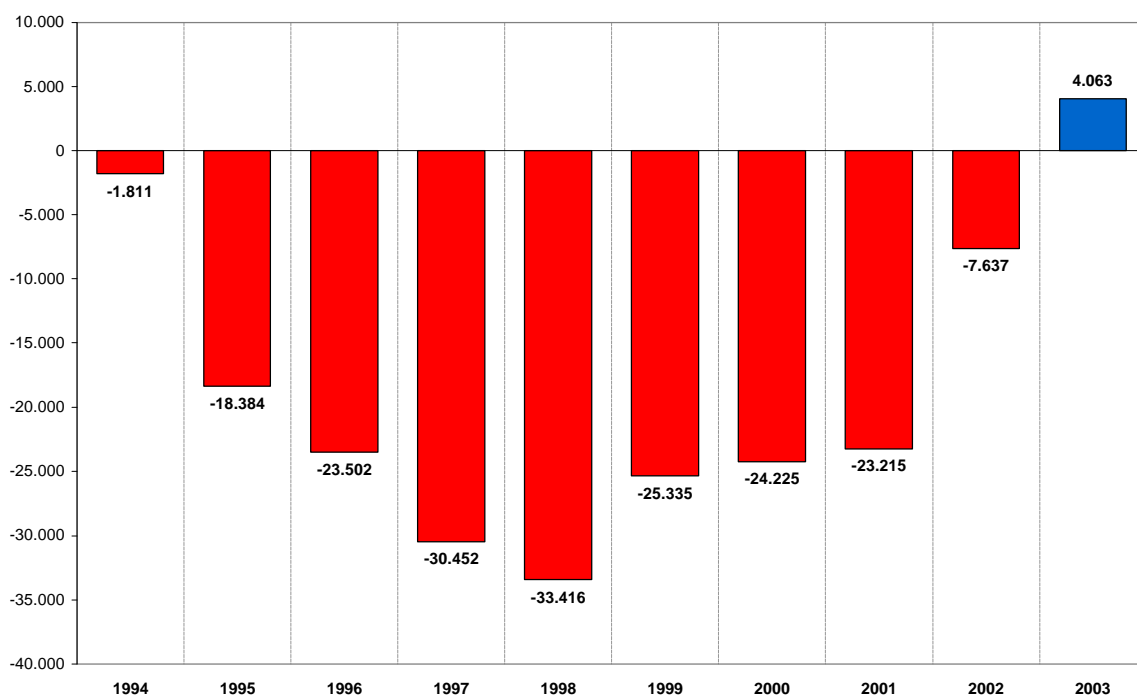
Obs: Em 2004, dados relativos ao mês de abril

## Transações Correntes

Os déficits da balança comercial entre 1995 e 2000, associados ao aumento do pagamento dos juros da dívida externa e aos resultados negativos na balança de serviços, acarretam aumento do déficit nas transações correntes. Em 1998, ocorreu o pior resultado do período: esse valor supera 33 bilhões de dólares. O bom desempenho da balança comercial observado a partir de 2000, mostrado no Gráfico 11, possibilita uma redução significativa do déficit, passando, em 2003, a experimentar superávit superior a 4 bilhões de dólares (Gráfico 13).

**Gráfico 13**  
**Balanco de pagamentos – Resultado de Transações Correntes**  
**Brasil 1994 - 2003**

(US\$ milhões)



Fonte: Banco Central

Elaboração: DIEESE

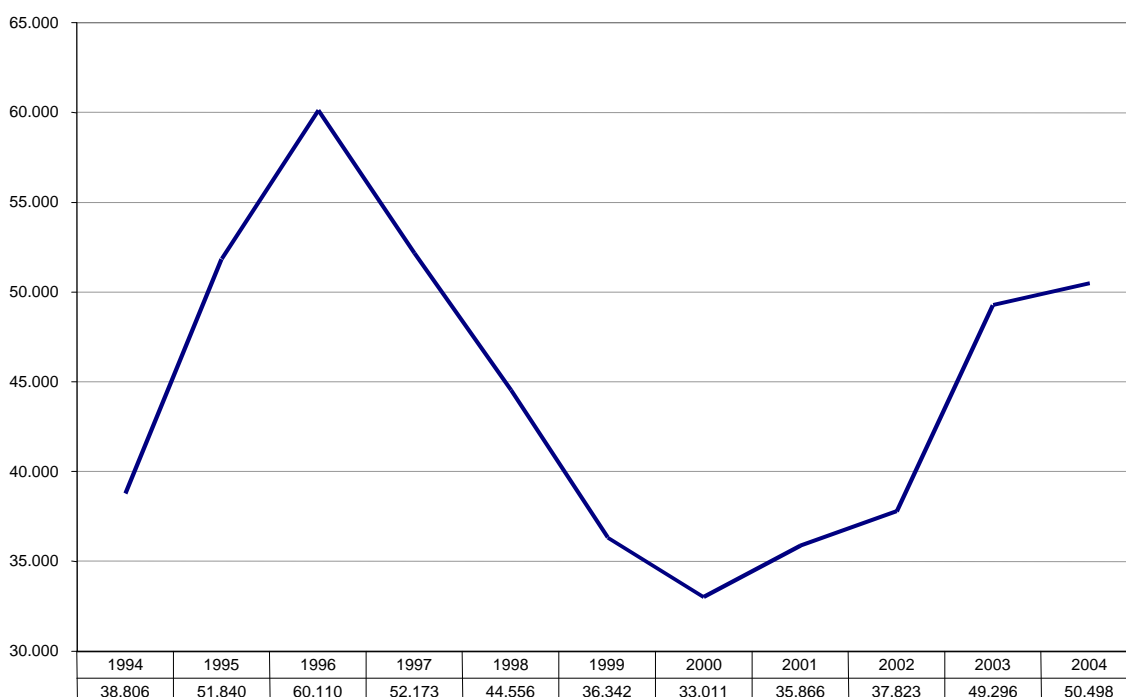
## Reservas Internacionais

Nos anos 1994 e 1995, o endividamento externo do país possibilita crescimento significativo das reservas internacionais. Estas reservas sustentaram o déficit nas transações correntes observadas no período. Entre 1996 e 2000, houve saída significativa dessas reservas, fato gerado, principalmente, pelas incertezas dos credores internacionais frente à capacidade do Brasil saldar seus compromissos.

A recuperação das reservas se dá a partir de 2001, e de forma mais significativa em 2003. Em abril de 2004, o volume dessas reservas é de 50,5 bilhões de dólares, o que equivale a um crescimento de 53% sobre o valor observado em 2000 (Gráfico 14).

**Gráfico 14**  
**Reservas Internacionais**  
**Brasil 1994 - 2004**

(em US\$ milhões)



Fonte: Banco Central

Elaboração: DIEESE

Obs: Em 2004, dados até o mês de abril

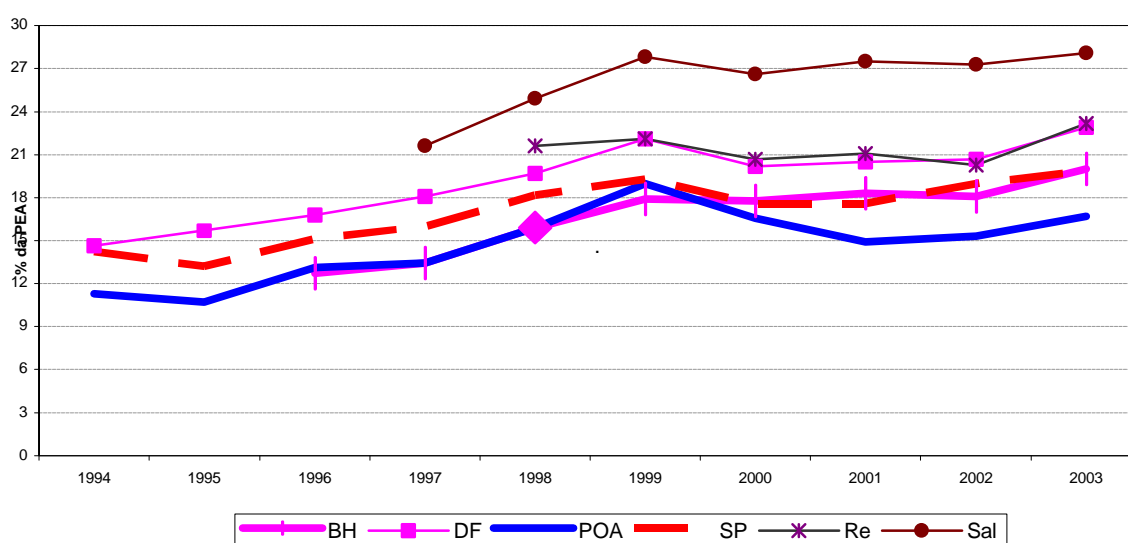
# EMPREGO

## Taxa de Desemprego e Número de Desempregados

Nos últimos dez anos, o desemprego cresce de modo acentuado nos principais centros urbanos do país. A Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada pelo convênio DIEESE/SEADE e parceiros regionais aponta, para 1994, taxas de desemprego da ordem de 14,2% da População Economicamente Ativa (PEA) na Região Metropolitana de São Paulo, de 11,3% na de Porto Alegre e de 14,6% no Distrito Federal. Essa mesma proporção de desempregados em 2003 eleva-se nestas áreas para 19,9%, 16,7% e 22,9% respectivamente.

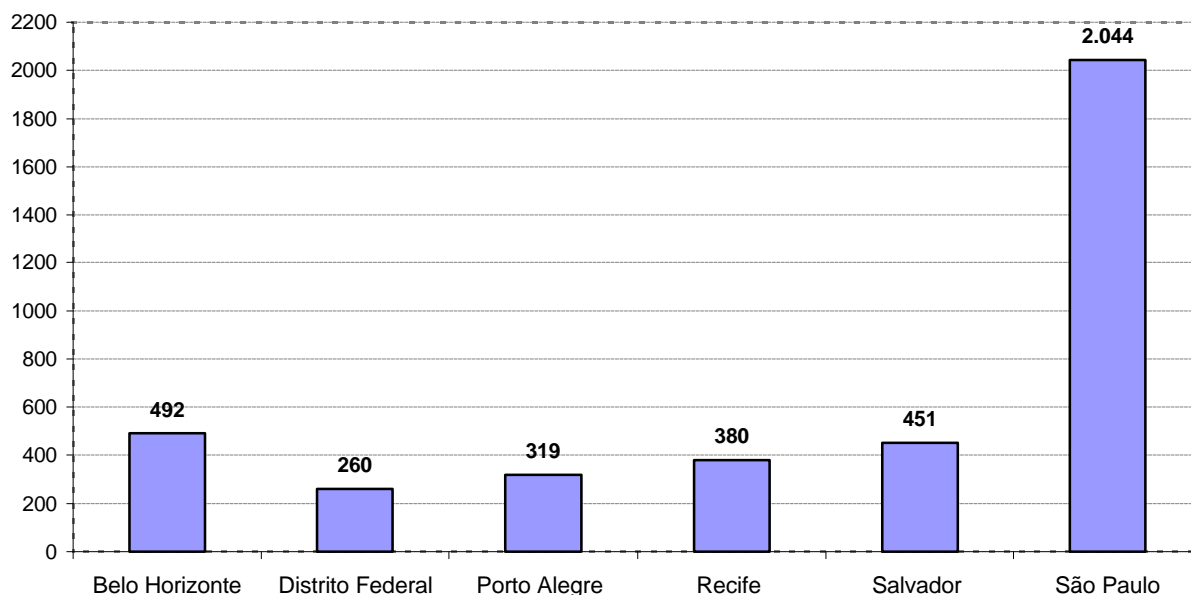
O aumento do desemprego resulta de uma trajetória oscilante: há decréscimo das taxas imediatamente após a conversão monetária; ascensão intensa durante o período de sobrevalorização do Real, principalmente entre 1996 e 1998; e, mais recentemente, sob o regime de metas inflacionárias e rígido controle fiscal, a subutilização da força de trabalho vem se mantendo em elevados patamares. Em 2003, o número estimado de desempregados nas seis regiões investigadas pela PED alcança o patamar de 4.101 mil pessoas (Gráficos 15 e 16).

**Gráfico 15**  
**Taxa de Desemprego Total**  
**Distrito Federal e Regiões Metropolitanas - 1994-2003**



Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

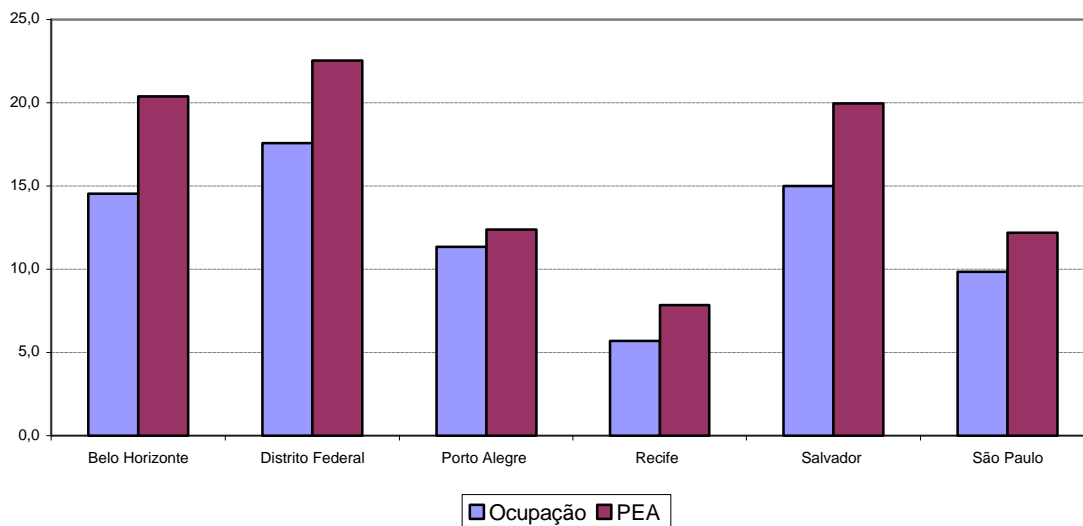
**Gráfico 16**  
**Estimativa do número de desempregados**  
**Distrito Federal e Regiões Metropolitanas - 2003**  
(em mil pessoas)



Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

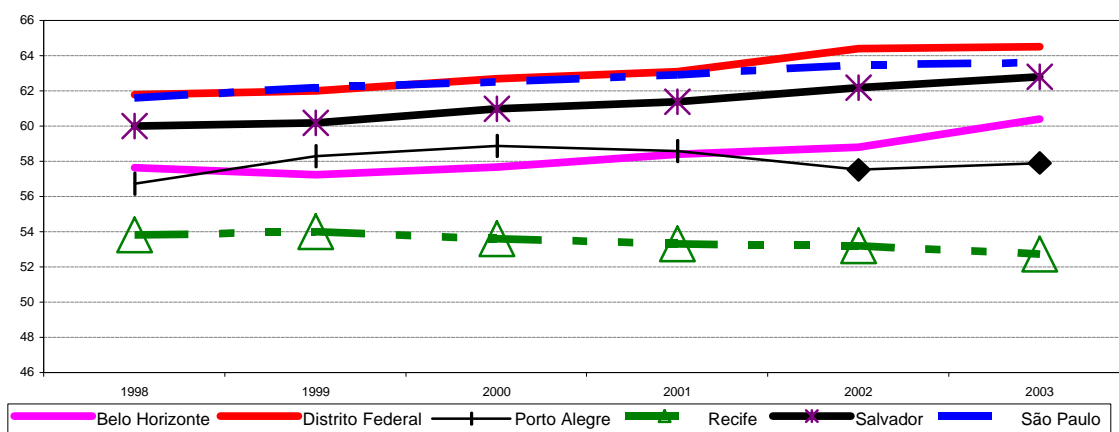
O crescimento do desemprego no período analisado ocorre, sobretudo, porque a geração de postos de trabalho foi insuficiente para absorver o volume de pessoas que passam a integrar a força de trabalho. Aqui, excepcionalmente, será analisado com maior ênfase o período compreendido entre 1998 e 2004, dado que é o que apresenta a série completa de indicadores da PED para o Distrito Federal e as seis regiões metropolitanas. Neste período, a PEA, nas áreas metropolitanas pesquisadas pela PED, aumenta 15,9% em termos médios face à variação positiva de 12,3% na ocupação. O crescimento das taxas de participação neste período decorre do movimento de pessoas que se encontravam na condição de inatividade, e que passam a buscar colocação no mercado de trabalho (Gráficos 17 e 18).

**Gráfico 17**  
**Varição da População Economicamente Ativa e da população ocupada**  
**Distrito Federal e Regiões Metropolitanas - 1998-2003**



Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais.PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

**Gráfico 18**  
**Taxas de participação da população em idade ativa no mercado de trabalho**  
**Distrito Federal e Regiões Metropolitanas - 1998-2003**

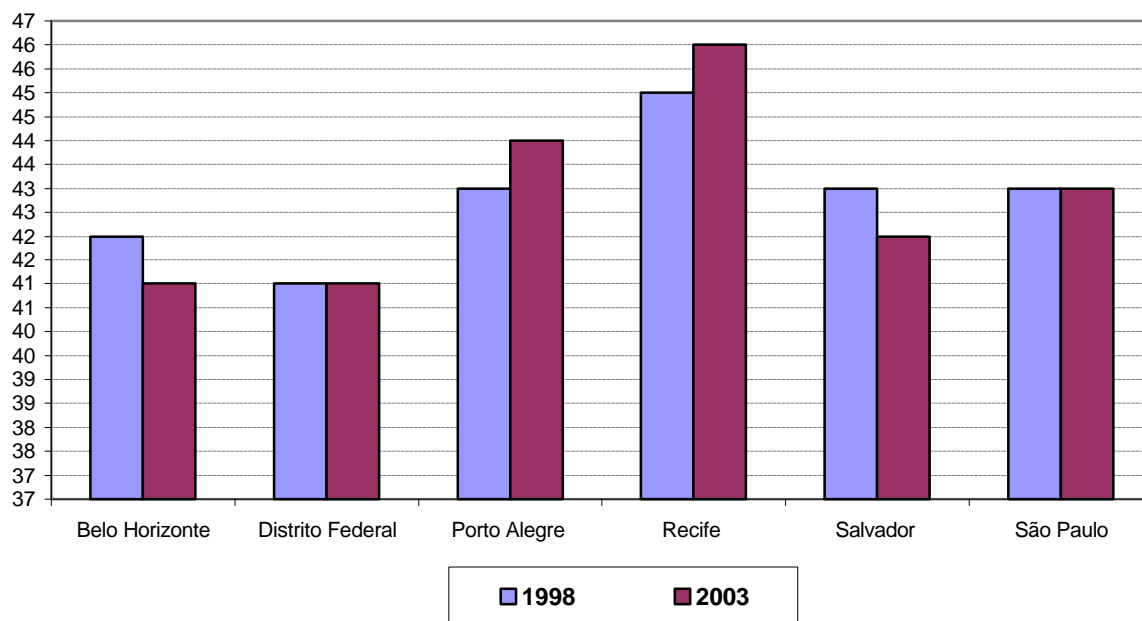


Fonte: Convênio DIEESE/Seade/M.T.E-FAT e convênios regionais.PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

## Jornada de Trabalho

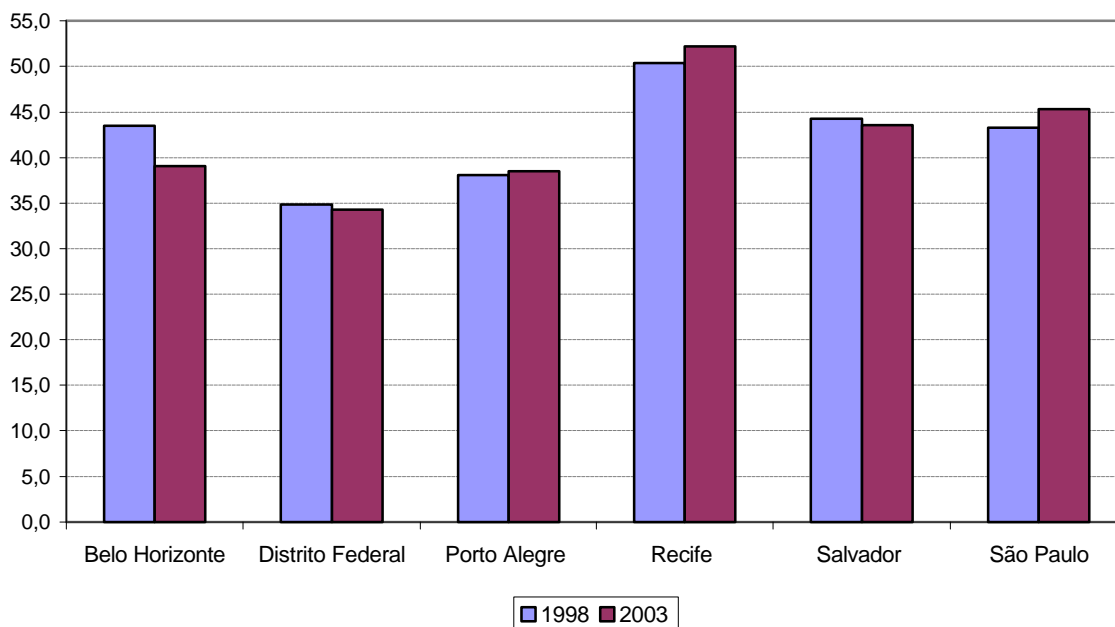
A insuficiência de postos de trabalho entre 1998 e 2003 é acompanhada pela permanência de longas jornadas de trabalho (Gráficos 19 e 20). As maiores jornadas entre as regiões pesquisadas são observadas em Recife.

**Gráfico 19**  
**Horas semanais trabalhadas pelos ocupados**  
**Distrito Federal e Regiões Metropolitanas - 1998 - 2003**



Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

**Gráfico 20**  
**Proporção de ocupados que trabalha mais do que 44 horas semanais**  
**Distrito Federal e Regiões Metropolitanas - 1998 e 2003.**



Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

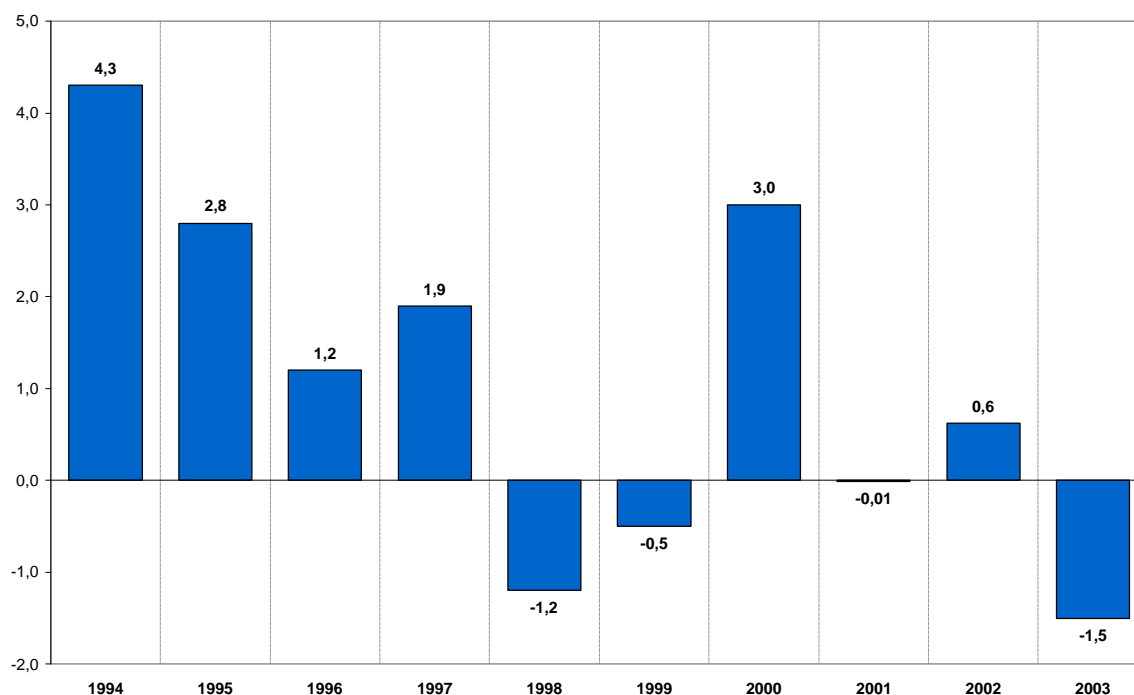
## RENDA

### PIB per capita

A taxa de crescimento do PIB per capita, embora apresente um recuo, manteve-se positiva no quadriênio 1994/97. A partir de 1998, à exceção de 2000, essas taxas são negativas ou próximas a zero (Gráfico 21)

**Gráfico 21**  
**Taxa de variação anual do PIB per capita**  
**Brasil 1994 - 2003**

(em %)



Fonte: IBGE

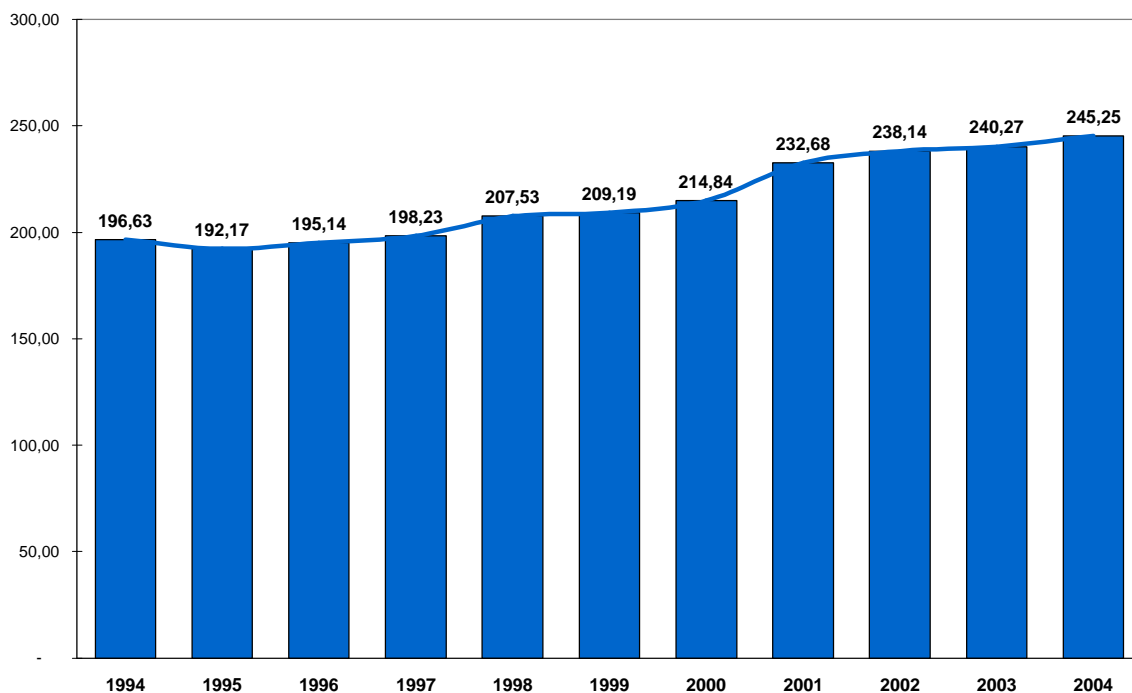
Elaboração: DIEESE

## Salário Mínimo Real

Embora se mantenha em valores baixos, o Salário Mínimo experimenta, no decorrer do período, um crescimento gradual. Em termos reais, o Salário Mínimo praticado em 2004 é 25% superior àquele praticado em 1994 (Gráfico 22).

**Gráfico 22**  
**Salário Mínimo Real**  
**Brasil 1994 - 2004**

(em R\$ de maio/2004)



Fonte: DIEESE e MTE

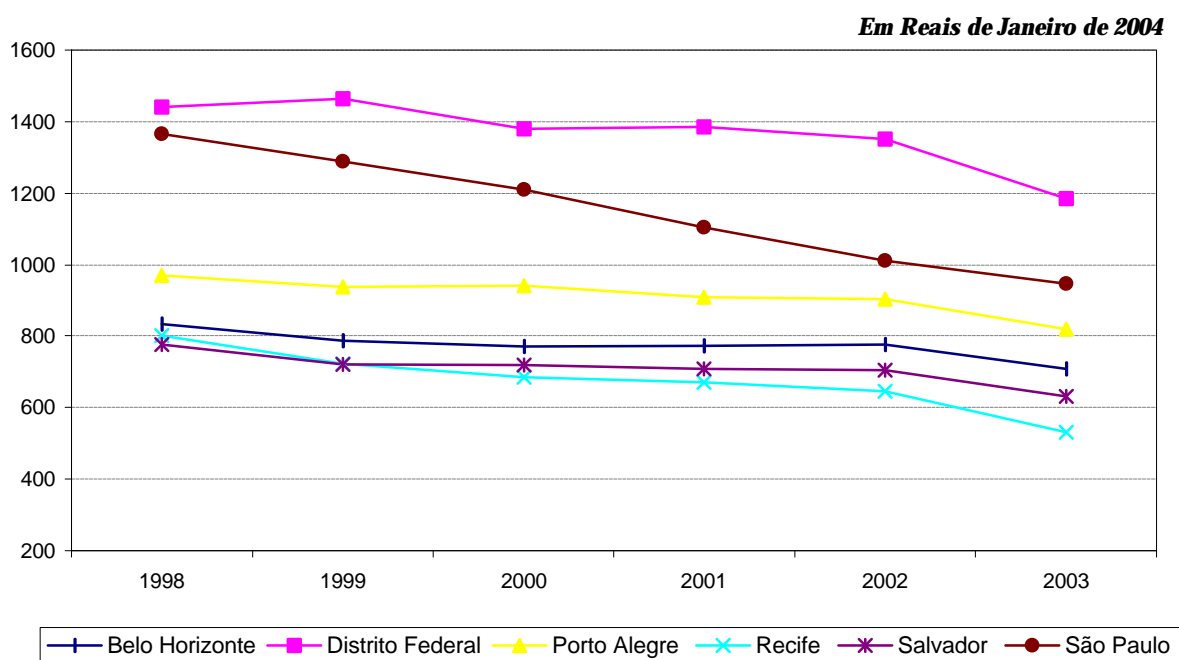
Elaboração: DIEESE

Obs: Em 2004 média até maio

## Rendimentos

Para os trabalhadores que obtiveram uma ocupação entre 1998 e 2003, os rendimentos auferidos sofrem forte decréscimo, superior a 15,0% em todas as regiões pesquisadas. A queda da renda do trabalho foi mais acentuada em Recife (33,6%) e em São Paulo (30,6%) (Gráfico 23).

**Gráfico 23**  
**Rendimento médio real dos ocupados**  
**Distrito Federal e Regiões Metropolitanas - 1998-2003**



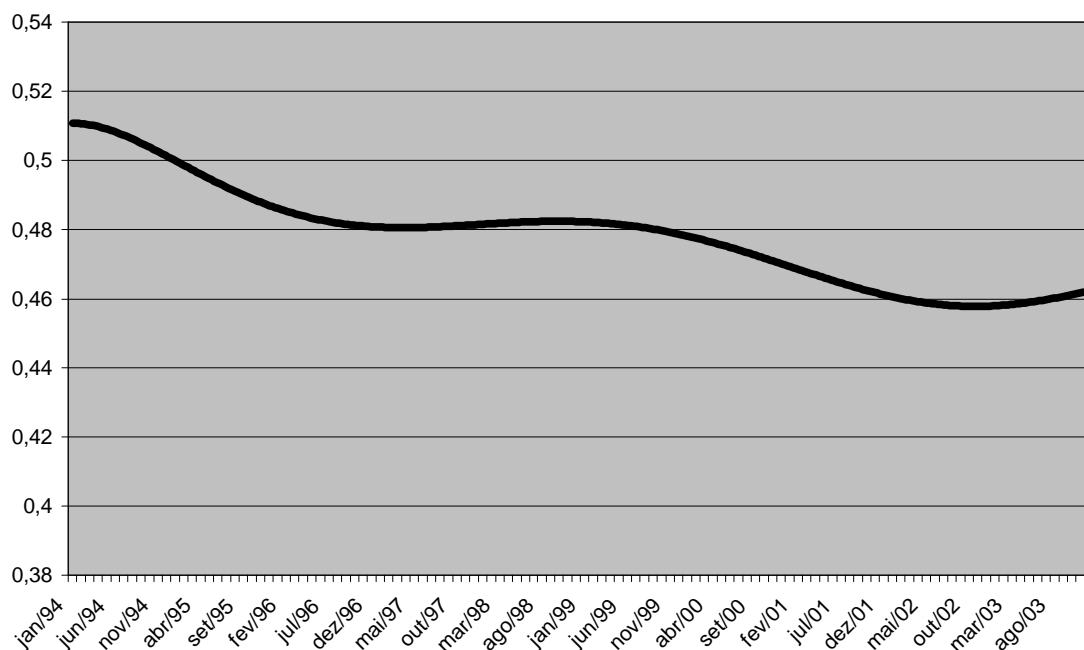
Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

## Distribuição de Renda

Nos dez anos do Real, nota-se uma piora acentuada na distribuição funcional da renda. Enquanto em 1994 os rendimentos do trabalho representavam 40,1% do PIB, essa proporção cai sistematicamente ao longo da década, para situar-se em 36,1% do PIB em 2002, segundo o IBGE.

Quanto à distribuição dos rendimentos dos assalariados, o movimento descendente do Índice de Gini, verificado no período do real, reflete uma diminuição da desigualdade entre os rendimentos dos assalariados, mas essa redução da desigualdade não foi consequência de uma elevação dos rendimentos mais baixos, mas sim, de uma redução nos rendimentos dos assalariados que recebem salários mais elevados (Gráfico 24).

**Gráfico 24**  
**Índice de Gini do rendimento médio nominal mensal dos assalariados (1)**  
**Grande São Paulo janeiro/94-dezembro/03**



Fonte: DIEESE/Seade. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

Nota: (1) O Índice de Gini, que varia de zero a um, é um indicador de igualdade ou desigualdade de uma distribuição. Quando igual a zero, significa a situação teórica de igualdade. Quando igual a um, ocorre a situação de máxima desigualdade. Portanto, quando se aproxima de um, significa que uma dada distribuição está se concentrando.

Obs.: Os dados referem-se ao trabalho principal dos assalariados

# NEGOCIAÇÕES COLETIVAS

## Reajustes Salariais<sup>1</sup>

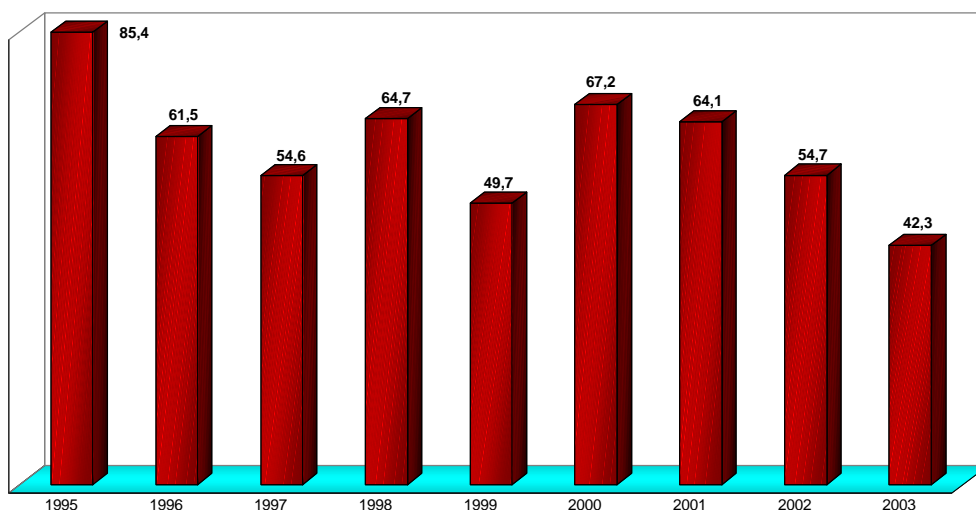
De 1995 a 2003, boa parte das negociações acompanhadas pelo Sistema de Acompanhamento de Salários do DIEESE resultou na recomposição das perdas inflacionárias acumuladas em cada data-base. Em 1995, 85% dos reajustes salariais registrados garantiram aos trabalhadores a reposição integral de perdas ou mesmo a obtenção de aumentos reais, tomando-se por base as taxas indicadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo IBGE, o mais utilizado como parâmetro nas negociações salariais. De 1996 a 2002, a porcentagem de negociações salariais que restauram o poder aquisitivo dos salários varia de 55% a 67% – à exceção de 1999, quando aproximadamente metade dos acordos não recupera o poder aquisitivo dos salários. A partir de 2001, inicia-se uma queda contínua da proporção de negociações salariais capazes de repor as perdas inflacionárias. Esse declínio culmina, em 2003, com o pior desempenho de todo o período de acompanhamento de negociações salariais. Nesse ano, 58% dos acordos implicam a manutenção de perdas salariais para os trabalhadores (Gráfico 25).

No que diz respeito às negociações salariais por setor econômico, observa-se, nos últimos três anos, um significativo recuo dos resultados conquistados pelos trabalhadores na esfera de serviços. Em 2003, apenas 26% dos acordos deste setor restauraram, com ou sem ganhos reais, os níveis salariais de 2002. No comércio, essa proporção, que até 1999 era a maior entre os três setores econômicos, também regride e passa de 85% – em 1998 e 1999 – para 44%, em 2003. Por outro lado, os trabalhadores na indústria conquistaram um pico de 70% de recomposições salariais em 2000 e fecharam 2003 com 55%. O acompanhamento dos acordos salariais formalizados ao longo dos últimos sete anos indica uma importante reversão de desempenho entre os industriários e os trabalhadores dos outros dois setores. De 1996 a 1998, os resultados obtidos pelos primeiros são bem menos satisfatórios do que os alcançados nos setores de serviços e comércio – em relação a este último, a desvantagem persiste até 1999. A partir de 2000, no entanto, os trabalhadores da indústria passam a igualar ou superar, em proporção de casos de recomposição de salários, os resultados obtidos pelos comerciários, e a ultrapassar, em larga medida, os acordos obtidos pelos trabalhadores alocados em serviços (Gráfico 26).

---

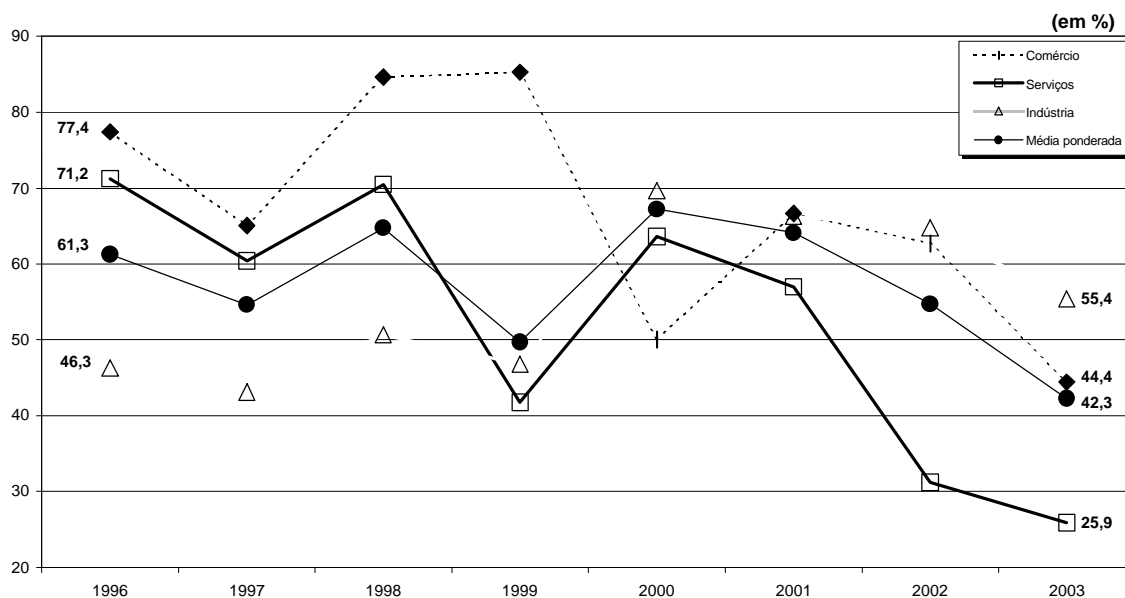
<sup>1</sup> É importante observar que o SAS-DIEESE reúne e sistematiza, anualmente, as informações sobre as negociações salariais enviadas ao DIEESE por entidades sócias e as noticiadas na imprensa. Isso significa que, em cada ano é composto um painel com o conjunto de informações então disponíveis, que não contém necessariamente as mesmas unidades de negociação dos demais. Entretanto, deve-se ressaltar que o volume de informações e a presença das principais categorias profissionais do país em todos os painéis permitem captar as características e tendências das negociações salariais.

**Gráfico 25**  
**Porcentagem anual de reajustes salariais iguais ou superiores à inflação acumulada, segundo o INPC-IBGE**  
**Brasil, 1995-2003**



Fonte: DIEESE – Banco de Dados Sindicais  
 Elaboração: DIEESE

**Gráfico 26**  
**Evolução da proporção de reajustes salariais iguais ou superiores ao INPC-IBGE, em**  
**relação aos totais de acordos firmados anualmente, por setor econômico**  
**Brasil, 1996-2003**



Nota: os dados referentes a 1995 não estão disponíveis.  
 Fonte: DIEESE – Banco de Dados Sindicais

*Elaboração: DIEESE*